ANO — 44 SÉRIE VI — Nº 464 — ABRIL DE 1974 PREÇO: 1$00

GES PCP

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

ESCALADA DA TORTURA

Qualquer regime fascista é inconcebível sem a violência e o crime. São inumeráveis e inenarráveis os crimes que o fascismo tem atrás de si. Que o digam os povos do mundo que o têm sofrido ou o sofrem. Que o digamos nós portugueses que o sofremos há 48 anos. Que o diga o martirizado povo do Chile.

Um dos aspectos mais característicos da violência fascista é a tortura sobre os presos políticos. É um facto que o grau de violência que assume a tortura praticada pela polícia política varia geralmente conforme a agudização da luta pelo derrubamento do regime e também conforme o grau das contradições internas do próprio regime num momento dado. **Mas a acção das massas contra a tortura, a denúncia pública da tortura, a mobilização da opinião pública contra a tortura podem fazer recuar os torturadores.**

Neste momento assistimos a mais uma escalada da tortura praticada pela PIDE-DGS sobre os antifascistas que lhe caiem nas mãos. A generalidade dos presos que ultimamente têm passado pela polícia têm sido barbaramente torturados. Além da cruel tortura do sono, que chega a prolongar-se por semanas e deixa quase sempre invisivelmente marcadas para o resto da vida as suas vítimas, estão a tornar-se sistemáticos os selváticos espancamentos a chicote ou a cavalo marinho simultâneamente a tortura do sono.

Os presos aparecem nas visitas com evidentes sinais de que foram torturados, por vezes cober-

(continuação na 4.ª pág.)

Não dar tréguas ao fascismo

«O País anseia pôr fim às guerras coloniais e ao governo dos monopólios, o país quer uma mudança de regime e as liberdades democráticas. Estes objectivos, estes anseios, tornaram-se uma exigência nacional!» Esta conclusão apontada num dos manifestos de Março da Comissão Executiva do Partido, é confirmada em cada dia que decorre.

As massas populares, as mais variadas camadas sociais, pode mesmo dizer-se que todas as camadas não-monopolistas, descreem cada vez mais do governo de M. Caetano e manifestam um crescente descontentamento. Muitos dos que ainda ontem estavam com a política do governo deixaram de o apoiar, manifestam a sua descrença ou mesmo oposição.

O governo está ao serviço exclusivo dos monopólios

Na «conversa» de 28-3, M. Caetano bem procurou disfarçar o acentuado aprofundamento da crise e isolamento do regime e do governo. Até disse que tem recebido «milhares de mensagens de apoio» e foi mesmo «presidir» ao desafio de futebol Sporting-Benfica, onde se fartou de esbracejar, a pedir aplausos que não se ouviam. Pretendeu considerar-se ferido por se afirmar que a sua política colonial serve para «favorecer os grandes interesses capitalistas». Que calúnia!... Será que as infames guerras e dominação dos povos coloniais se fazem para defesa dos interesses da classe operária, dos camponeses, da juventude, do povo português?

M. Caetano não consegue esconder uma realidade que se impõe cada vez mais claramente: **O governo está ao serviço exclusivo dos monopólios.** Lucros cada vez maiores para os monopólios e uma crescente exploração e miséria para os trabalhadores continua a ser a essência da política de M. Caetano, como bem o mostra a continuação do aumento vertiginoso dos preços. E é o próprio governo que provoca a subida constante dos preços, como se provou, mais uma vez, com os aumentos de 50% a 100% nas tarifas postal, telegráfica e telefónicas.

Não dar tréguas

Por todo o país, assim como nas colónias, a luta antifascista e anticolonialista assume formas crescentes. O governo está a ser acossado e batido em todas as frentes e mesmo nas forças armadas cresce a resistência, a oposição e a luta contra o fascismo e o colonialismo. Não há que dar tréguas. Transformar o descontentamento em acções de massas é a tarefa que se coloca aos comunistas, a todos os democratas e patriotas.

Unir, organizar e lutar é a tarefa que se coloca a todos os antifascistas!

No já citado manifesto da Comissão Executiva, afirma-se:

«As condições políticas são altamente favoráveis para intensificar e alargar mais e mais a luta de massas nas várias frentes de luta antifascista, para unir e organizar novas camadas da população, incluindo as forças armadas, e formar novos e variados tipos de comissões. A classe operária, os trabalhadores e o movimento sindical de massas, o movimento democrático, os movimentos da juventude trabalhadora e estudantil, das mulheres, os camponeses, a intelectualidade, todos têm condições para alargarem ainda mais as suas lutas e reforçarem a legalidade dos seus movimentos e organizações».

ALIAR À LUTA ANTIFASCISTA os patriotas das forças armadas

A existência de um amplo movimento que abrange centenas de oficiais do quadro permanente dos três ramos das forças armadas, assim como a eclosão da sublevação de 16 de Março — afirma-se num dos dois manifestos de Março da Comissão Executiva do PCP — «exprimem a crescente oposição das forças armadas às guerras coloniais e à política do governo de M. Caetano.»

Na «conversa» de 28-3, M. Caetano procurou aparecer «descontraído» numa tentativa de serenar as suas perturbadas hostes e minimizar o significado da sublevação militar que atribuiu à «irreflexão e talvez ingenuidade de alguns oficiais...» Afirmou que «nada do que de verdadeiro se passa e que ao público interesse, deixa de ser trazido ao conhecimento dele». Mas escondeu o facto de que na madrugada de 16 de Março ele teve o cuidado de se refugiar no reduto de Monsanto, juntamente com A. Tomaz e outros mais das suas respectivas camarilhas; escondeu que a coluna militar saída das Caldas da Rainha confraternizou com outras forças ao passar por Santarém ou quando se encontrou com outras unidades enviadas para a conter; escondeu que forças da Aviação se recusaram a bombardear a coluna militar, a qual só foi contida às portas de Lisboa e não em Alverca; escondeu que dias antes da sublevação tinham sido presos vários oficiais, entre eles o Ten-coronel Almeida Bruno (condecorado há menos de um ano com a Torre e Espada), o major Monge, os capitães Vítor Alves, Vasco Lourenço, Pinto Soares e que outros oficiais foram deportados ou transferidos para os Açôres, Madeira e Trás-os-Montes.

O movimento de oficiais, a sublevação de 16 de Março, a prisão, deportação ou transferência de duas centenas de soldados e oficiais, assim como as demissões dos generais Costa Gomes, António Spínola, Amaro Romão e contra-almirante António Bagulho — tudo isto é o resultado da luta popular e do acentuado aprofundamento da crise do regime, crise que se estendeu às forças armadas.

A oposição à guerra e à política do governo de M. Caetano penetrou nos vários escalões das forças armadas, e o regime já não pode hoje contar com o seu apoio incondicional.

Num documento emanado do «movimento dos oficiais» sublinha-se:

«Entendemos necessários, como condição primeira de solução do problema africano, da crise das Forças Armadas e da crise geral do País, que o poder político detenha o máximo de legitimidade, que as suas instituições sejam efectivamente representativas das aspirações e interesses do Povo. Por outras palavras: sem democratização do País não é possível pensar em qualquer solução válida para os gravíssimos problemas que se abatem sobre nós.»

Desta conclusão decorre a **importante e urgente tarefa de incorporar e associar à luta antifascista do povo português os soldados e marinheiros, os sargentos e oficiais honestos, todos os verdadeiros patriotas das forças armadas (incluindo os homens honestos da PSP, GNR, e GF), formando um poderoso exército político que porá fim às guerras coloniais, derrubará a ditadura fascista e conquistará as liberdades democráticas.**

A formação de mais e mais comités unitários antifascistas, em todos os quartéis e barcos, no país e nas colónias, comités de soldados e marinheiros, de sargentos, de oficiais do quadro e milicianos, é uma importante tarefa que se coloca a todos os comunistas e democratas.

A luta pelo fim das guerras coloniais e o regresso das forças armadas ao país, a luta pelas liberdades democráticas, pela libertação imediata de todos os presos, pela Amnistia, pela cessação das torturas e a dissolução da Pide-DGS, a luta por melhores condições de vida e contra o poder dos monopólios e a submissão ao imperialismo, são tarefas que se colocam a todo o povo e a todos os homens honestos das forças armadas.

GES PCP

PORTUGAL — coutada do capital estrangeiro

O capital não tem pátria. O seu papel de instrumento de apropriação da mais valia criada pelos trabalhadores é o mesmo em toda a parte, nos E.U. da América como em Portugal. Para os trabalhadores, serem explorados por capitalistas alemães ou ingleses em França ou em Portugal é sempre serem explorados. A luta de classes, na sua expressão social, é a mesma em todos os lugares da terra onde o capitalismo determina as relações de produção.

Entretanto, a dominação dum país pelo capital estrangeiro encerra uma dupla exploração. Além da mais valia produzida pelos trabalhadores que directamente exploram, os capitalistas estrangeiros apropriam-se duma grande parte das riquezas nacionais dos países em que se instalam. Por outro lado os métodos de exploração postos em prática são quase sempre os mais refinados e desumanos que a fértil imaginação de cérebros multinacionais pode produzir.

Acorrendo a investir os seus capitais, de preferência, onde há uma mão de obra barata, onde leis repressivas protegem o capital, onde os trabalhadores estão impedidos de se organizar livremente, os capitalistas estrangeiros comportam-se aí como donos e senhores de tudo e de todos, levando a cabo uma exploração impiedosa.

Este é o quadro que podemos verificar no nosso país, onde o capital estrangeiro domina largos sectores industriais, é dono de grande parte da nossa economia e exerce uma exploração impiedosa sobre muitas dezenas de milhares de trabalhadores. Nas indústrias metalo-mecânicas, de material eléctrico e electrónico, de produtos químicos (nomeadamente nos produtos farmacêuticos e na celulose), de confecções, etc.. o capital estrangeiro domina ou está largamente implantado.

Alguns factos

Recentemente, numa reunião realizada na Feira Internacional de Lisboa entre dirigentes da Associação Industrial Portuguesa e dirigentes da Federação das Indústrias Alemãs, estes declaravam que os investimentos alemães em Portugal tinham atingido 1.5 milhões de contos no primeiro semestre de 1973 e que os meios dirigentes e industriais alemães preconizavam que de futuro a importação de trabalhadores fosse substituida pela exportação de capitais. E o presidente da F.I.A. explicava porquê: «Portugal oferece importantes atractivos aos investimentos alemães. Possui mão de obra abundante. os salários são baixos, não existem graves tensões no mercado do trabalho». Não se pode ser mais claro.

Em declaração à imprensa, um representante da Bosch (empresa multinacional alemã), afirmava que os factores de mão de obra (leia-se mão de obra barata) foram dos que maior influência tiveram na escolha do nosso país para a instalação duma fábrica de material eléctrico.

Em geral estas empresas estrangeiras, quase sempre multinacional, a quem o governo permite que paguem salários 4 a 10 vezes inferiores aos que teriam de pagar nos seus países de origem e a quem solicita e servilmente acorre a enviar os seus polícias para reprimirem as lutas dos trabalhadores, encarniçam-se numa resistência obstinada em ceder às reivindicações daqueles a quem exploram, despedem com a maior das facilidades, recorrem até por vezes à chantagem política.

Não há muito tempo a Secometal-DSD (franco-alemã) despediu vários trabalhadores e mandou-os comparecer na Pide-D.G.S.. Há semanas o Hoechst, multinacional alemã que ocupa o 4º lugar entre os maiores grupos mundiais da indústria de produtos farmacêuticos, requereu ao M. das Corporações a destituição de delegado sindical dum seu empregado acusando-o de propaganda política, o que motivou um enérgico protesto do Sindicato dos P.P. Médica.

Na grande vaga de lutas reivindicativas que a classe operária tem estado a levar a cabo em várias regiões do país com numerosas greves e paralisações, são muitas as empresas estrangeiras onde a luta tem sido mais dura, onde tem sido oposta maior resistência do patronato, onde a repressão mais se tem feito sentir.

O CCT para os trabalhadores da indústria de material eléctrico, só recentemente concluido (em arbitragem), ao fim de cerca de 2 anos de discussões, mas ainda não homologado, mostra bem a resistência que lhe têm oposto empresas como a Plessey-Automática Eléctrica Portuguesa (com fábricas em C. Ruivo, em Corroios e Prior Velho), a Standard Eléctrica (ITT), a Grunding, a Electrónica Signétics, a Facel (grupo ITT), a Siemens, a Philips, a General Instrument Lusitana, a Applied Magnétics, a Control Data e outras, cujas condições de exploração e de trabalho são das piores que existem graças à escandalosa e desavergonhada protecção que lhes dá o governo fascista português.

Em quase todas estas empresas houve recentemente vigorosas lutas, com greves e paralisações. A luta decidida e firme é a única forma que os trabalhadores têm de fazer valer os seus direitos contra estes exploradores, luta que se associa à luta de todo o povo contra a dominação imperialista e seus serventuários do governo.

pontos cardeais

A base

Na base aérea das Lajes, os americanos procedem como se os Açores fossem colónia sua. Rodam com 1.500 carros nas estradas sem pagarem um tostão para repará-las. Aos trabalhadores portugueses da base não dão quaisquer direitos. Fazem com alarde festas de beneficência humilhantes. E gozam, (eles, americanos) dum estatuto jurídico atentatório da soberania portuguesa.

Dir-se-á que tudo isto é exagero nosso. Não somos porém nós que o dizemos. É um homem dos Açores e da A.N.P. que o diz na Assembleia Nacional fascista.

O crédito das palavras não resulta naturalmente da pureza da fonte, mas do valor da confissão.

Aqui del Rei!

É um tanto cómica a sensibilidade desta gente. Mentem, insultam, caluniam, falsificam sem vergonha. E, quando se diz precisamente isto, gritam «Aqui del Rei!» que os estão a tratar mal.

Circo?

Outubro. Grande esforço de mobilização «anti-eleitoral» de grupos e grupelhos. Grandiosa concentração convocada para uma suprema e esmagadora manifestação anti-CDE. Afinal... dos 5.000 anunciados, os presentes não chegavam à centena. Sem contraditores, a cessão começava monótona e sensaborona. Para animar, expulsaram um. Então começou a dança. Os novos votaram a expulsão de audazes, os audazes de novos, uns e outros de terceiros. À falta da grande manifestação de massas anti-CDE, tudo terminou em ensaios de catch, em que cada qual procurava mostrar a sua combatividade... revolucionária. Manifestação ou circo?

Arranquemos da prisão
DIAS LOURENÇO e JOSE MAGRO
todos os presos políticos!

QUANTIAS RECEBIDAS DOS AMIGOS DO PARTIDO

À memória de B. Gonçalves	200$00
» » » G. Carvalho	519$00
» » » J. Gregório	1.000$00
» » » M. Rodrigues	200$00
Abaixo a carestia de vida	500$00
» » guerra colonial	200$00
» » repressão sindical	100$00
Alfredo Diniz	100$00
Amigo do Partido	50$00
Amnistia	50$00
Idem	50$00
Idem	250$00
Idem	10$00
Avante!	150$00
Bento Gonçalves	100$00
Idem	200$00
Bento de Jesus Caraça	2.000$00
Campanha do Natal 73	
- Listas 1, 25, 36, 48, 49	1.625$00
- » 70, 71, 72, 54, 55	1.890$00
- » 86	1.080$00
- » 69 «A unidade faz a força»	650$00
- » 53 «A luta precisa de ti»	200$00
Canteiro emigrado	150$00
Catarina Eufémia	20$00
Idem	120$00
Contra a repressão estudantil	20.000$00
CTZ	600$00
Defesa acusa	2.000$00
Dimitrov	1.000$00
Dois comerciantes	5.700$00
Electricista vermelho	50$00
Emblema	100$00
Ferreira Soares	100$00
Idem	200$00
Ferreiro velho vermelho	10$00
Filhos do povo fardados	1.000$00
Idem	700$00
Idem	50$00
Fim da guerra colonial	3.150$00
Gaivota vermelha	2.300$00
Idem	1.100$00
Idem	800$00
Guilherme Carvalho	20$00
Idem	10$00
Homem do PCP	150$00
Ilídio Esteves	7.500$00
José Gregório	500$00
Idem	100$00
José Magro	40$00
Jovem trabalhadora	20$00
Lib. Dias Lourenço	400$00
Idem	100$00
Idem	200$00
Lib. José Magro	2.000$00
Idem	370$00
Lib. Manuel Pedro	1.200$00
Lib. presos políticos	100$00
Lib. sindical	100$00
Manuel Rodrigues	120$00
Maria Machado	1.700$00
Medicina socialista	100$00
Idem	100$00
Medicina socializada	100$00
Mig pela Paz	25$00
Militão Ribeiro	100$00
Nunca esquecerei o P.	500$00
O perseguido	700$00
Pavlov	400$00
Paz e Socialismo	6.000$00
Pela igualdade	200$00
Pela mulher na luta	260$00
Pela unidade antifascista	500$00
Idem	20$00
Idem	20$00
Idem	20$00
Idem	20$00
Idem	20$00
Pela unidade dos motoristas	190$00
Pelas Lib. fundamentais	250$00
Idem	200$00
Pelo direito à greve	10$00
Idem	29$00
Idem	15$00
Idem	10$00
Idem	50$00
Idem	20$00
Pelo fim da guer. colonial	20$00
Idem	50$00
Idem	100$00
Por uma democracia popular	650$00
Postais	20$00
Presos políticos	500$00
Sejamos vigilantes	400$00
Somos amigos (L)	500$00
Idem	500$00
Serralheiro vermelho	100$00
Sindicatos livres	40$00
Soeiro Pereira Gomes	10.000$00
Sofia e Georgete	500$00
Solidariedade operária	95$00
Um velho militante	120$00
Idem	20$00
Viva a classe operária	100$00
Viva o comunismo	50$00
Viva o PCP	1.000$00
Idem	600$00
Viva o 1.º de Maio	1.000$00
2 Emblemas 50$	20$00
TOTAL:	92.381$00

Recebemos objectos no valor de 3.000$00

Novos horários da RÁDIO PORTUGAL LIVRE

A RPL transmite diàriamente em 3 períodos de emissão.

Das 8 às 9 — em 19, 20 21, 25 metros
Das 19 às 21 — em 19 e 26 m
Das 0,20 às 0,50 — em 25, 26, 32 e 36 m
Das 0,50 à 1,20 — em 26 m
Aos domingos transmite ainda
Das 13 às 13,30 — em 19, 20, 25 e 26 m

GES PCP

ALARGA-SE A NOVAS EMPRESAS

A luta por aumentos de salários

A grande vaga de lutas reivindicativas desencadeada pela classe operária desde Outubro e que assumiu uma particular amplitude nos meses de Janeiro e Fevereiro, continua a alastrar a novas empresas. Neste grande movimento reivindicativo, que já mobilizou bastante mais duma centena de milhar de trabalhadores de várias indústrias e profissões, têm tido uma destacada participação os operários metalúrgicos. Além da luta travada nas empresas com numerosas greves e paralisações, há as grandes acções que os trabalhadores metalúrgicos têm estado a levar a cabo pela via sindical, com reuniões e assembleias de norte a sul do país em que participaram já dezenas de milhares de metalúrgicos. À luta sindical pela revisão das tabelas de retribuições mínimas, cuja reivindicação fundamental é a conquista do salário mínimo de 6.000$00 para os trabalhadores adultos, os metalúrgicos têm sabido associar a luta nas empresas por aumentos imediatos.

Nesta grande vaga de lutas, a qual só por si constitui uma importante vitória da classe operária, os trabalhadores têm conseguido, na generalidade, impor ao patronato a satisfação de grande parte das suas reivindicações. Além do que já relatámos em números anteriores do «Avante», trabalhadores doutras empresas conseguiram assinaláveis êxitos: os da **J. Pimento** conquistaram 40$00 diários, passando de 180 para 220$00; na **Timex**, os aumentos obtidos foram de 700$00 mensais; na **Lisnave**, de 800 a 1.200$00; na **Alumínio**, 1.000$00; na **Fundição de Oeiras**, conseguiram a actualização dos escalões profissionais de acordo com o CCT, o que significou um aumento de salários.

Também o explorador Tomé Feteira foi obrigado a recuar na sua infame exigência da assinatura pelos operários duma «declaração» humilhante. O enérgico repúdio dos trabalhadores por tal declaração: a sua determinação de prosseguir a luta, em que se destaca a firme combatividade das mulheres; as manifestações de apoio da população da vila, nomeadamente dos pequenos comerciantes; o magnífico movimento de solidariedade que se desencadeou por todo o país — obrigaram este explorador a desistir de tão repugnante exigência.

Um belo exemplo

Em inúmeras empresas, em assembleias sindicais, em variadas reuniões, foram promovidas recolhas de fundos para ajudar os operários em luta da empresa Feteira. Foi assim que **muitos milhares de trabalhadores de Norte a Sul do país contribuiram com várias centenas de contos** para ajudar os trabalhadores de Vieira de Leiria.

Esta magnífica manifestação de solidariedade proletária é um exemplo bem vivo da crescente consciência e combatividade da classe operária portuguesa.

Mais greves e paralisações

Na **Marinha Grande** os operários vidreiros prosseguem por todos as formas a luta pelas suas reivindicações no novo CCT que está a ser negociado, neste momento já na fase de arbitragem. Depois duma paralisação geral em 8-2 de protesto contra os 15%, oferecidos pelo Grémio, voltaram a fazer nova paralisação total em 11-3. Exigem o aumento de 100$00 diários. Nalgumas empresas onde os patrões têm manifestado diposição de ceder, os operários têm-se recusado a receber aumentos parciais para evitar que isso possa prejudicar a luta geral.

Na **Vitrália** (metalúrgia — Mem Martins), os operários fizeram greve em 19-2 por aumento de salários tendo saido vitoriosos.

Na **Sociedade Industrial de Concentrados** (fábrica de tomates — Golegã) os operários recorreram à greve na primeira semana de Março contra os salários miseráveis que ali eram e continuam a ser praticados. Com a sua corajosa luta conseguiram um aumento de 20$00. Ganhavam 45$00.

Na **CINORTE** (cimentos — Souselas), na **José Bento & Filhos** (terraplagens — Cascais), na **Efatex** (plásticos — Cartaxo) os trabalhadores fizeram paralisações de trabalho para exigirem aumentos de salários.

Nas **Oficinas Fonsecas** (metalurgia — T. Vedras) os mecânicos fizeram greve. Igualmente fizeram greve os trabalhadores da **Adega Cooperativa** e do **Grémio da Lavoura** desta vila. Tal como nos casos anteriores, o objetivo da luta foi o aumento de salários.

Na Fábrica Leão — Porto

Os trabalhadores desta empresa, em luta contra a exploração e pela conquista do salário mínimo de 6.000$00, exigindo para já o aumento de 1.000$00, depois de várias outras acções paralisaram o trabalho no dia 12-3, o que deu lugar à vinda de funcionários do INTP com quem os trabalhadores discutiram mas que nada resolveram. No dia seguinte, ao regressarem à empresa encontraram os portões fechados e um engenheiro da empresa a tentar distribuir uma declaração para assinarem, inspirada no T. Feteira, apenas com a diferença de que aqui não perdiam os direitos adquiridos. A reacção dos operários foi tal que o engenheiro atirou os papeis ao ar e correu a refugiar-na fábrica.

Os operários decidem permanecer à porta da fábrica e entram em contacto com a Direcção do Sindicato que acompanha uma delegação ao INTP. As forças repressivas aparecem e obrigam os operários a abandonar o local, indo então estes para o Sindicato onde passam a cumprir diàriamente o horário de trabalho. No desenvolvimento da sua acção intimidativa as forças repressivas, com algumas dezenas de guardas da PSP e Pides passam a cercar o próprio sindicato.

Tal como no caso do Feteira, desencadeia-se um amplo movimento de solidariedade à luta dos operários da **Leão**. Dezenas de telegramas são enviados ao M. das Corporações, ao INTP e à empresa; contactos com jornais, telefonemas, circulares de vários sindicatos denunciando a situação; constante pressão sobre o INTP, etc..

Ao fim de quase uma semana, em face da firmeza dos trabalhadores e da ampla solidariedade que à volta deles se estabeleceu, a Administração foi obrigada a abrir as portas. Ainda tentou uma última manobra de divisão deixando entrar só as mulheres, mas estas recusaram-se a trabalhar sem que as portas fossem abertas também para os homens.

O estado de espírito dos operários é continuar a luta, e nesse sentido entregaram imediatamente a um representante da gerência um documento em que reclamam contra a classificação de faltosos, exigem o pagamento dos dias que estiveram parados e resposta às suas reivindicações.

Outras lutas nas empresas

Na **S.I de Produtos Eléctricos** (Carcavelos), após grande movimentação e ameaças de paralisação, os trabalhadores conseguiram aumento de 600 a 700$00 para as mulheres e um pouco mais para os homens.

Na **CIP** (Oficinas do Barreiro), reina um grande descontentamento e os operários reivindicam: aumento geral de salários de modo a atingirem o mínimo de 5.000$00; um mês de férias, com igual subsídio; 13º mês; duas horas pagas para os jovens trabalhadores estudantes; melhores condições de trabalho e fim da acção repressiva dos chefes.

Na **CUF** (Secção de Têxteis), em resultado de várias acções levadas a cabo desde há tempo, as operárias conquistaram aumento de salários de 400 a 600$00 e de 300 a 400$00 para as aprendizas.

Também na **Equimetal** (nova designação dada ao sector metalúrgico da CUF), além da greve às horas extraordinárias, os operários têm realizado várias acções, nomeadamente redução de produção, em apoio do aumento geral de salários.

Na **Fábrica Portugal** (Sabugo) os operários conseguiram aumento de 20%, e uma maior participação da empresa nas refeições servidas na cantina.

Na **Transul** e na **Beira Rio** (camionagem de passageiros — Margem Sul), os trabalhadores iniciaram na primeira quinzena de Março greves às horas extraordinárias em apoio da reivindicação de aumento de salários.

No **Banco Totta & Açores** foi entregue por uma comissão um abaixo-assinado subscrito por 1.900 trabalhadores em apoio do pedido de aumento. Igualmente na **Carris**, uma comissão entregou um abaixo assinado por aumento de salários.

Fizeram concentrações para exigir melhores salários 800 mulheres da **Mattel Incorporated Portugal** (Caldas da Rainha) e 200 trabalhadores da **Fábrica de Cervejas de Vialonga**.

UM MILHÃO de contos

Entre alguns dos relatórios já publicados nos jornais, tomemos alguns exemplos do lucros líquidos (só os confessados) obtidos em 1973 pelas seguintes empresas e bancos:

Sacor	180.600 contos
CUF	136.000 ‖
B. P. Atlântico	124.126 ‖
Banco Burnay	116.000 ‖
‖ Portugal	120.000 ‖
‖ Borges	105.180 ‖
‖ Tota Açores	109.000 ‖
‖ P. Magalhães	86.300 ‖
Cidla	43.973 ‖
Total	1.021.176 ‖

Mais de um milhão de contos de lucros apenas para 9 empresas, isto é, para um punhado de grandes financeiros e monopolistas.

Mas os lucros reais são bem maiores que os confessados. Estas e outras grandes empresas escondem centenas de milhar de contos de lucros nas chamadas «Provisões», «Amortizações» e «reservas». Os lucros reais das 9 empresas citadas não foram «apenas» um milhão de contos, mas dois ou mais milhões.

Lucros escandalosos para um punhado de monopolistas, miséria e exploração crescentes para a esmagadora maioria do povo português! «Vacas gordas» para uns poucos e «vacas magras» para quase todos, tais são os «quarenta anos de paz social e de progresso no estatuto e no bem estar dos trabalhadores portugueses» de que falou M. Caetano (discurso de 6-2-74). Os trabalhadores não seguirão os seus conselhos de se «resignarem». **Os trabalhadores sabem que têm direitos a ganhar mais e sabem que os monopólios podem e devem pagar mais.**

Rádio Moscovo

Transmite todos os dias para Portugal em duas emissões, das 19,30 às 20 h. e das 20,30 às 21 h., pelas ondas de 30, 31, 41, 42 e 49 metros.

GES PCP

Contra a vida cara!

O governo não trava a alta de preços que continua, ameaçando a subsistência de cada vez mais largas camadas da população. Enfeudado aos interesses dos monopólios, o governo «luta» contra a inflação e o custo de vida à boa maneira fascista: congela os salários dos trabalhadores, aumenta as taxas e impostos, agrava as multas e vai homologando os preços sempre mais altos, quando não os «liberaliza» mediante tabelas livres. Por outro lado, como se isto não bastasse, beneficia os monopólios com decretos que lhes reduzem impostos, fazem cobertura de custos e projectos, etc., etc.

Entretanto o povo português vive uma situação de verdadeira instabilidade, quer no que respeita aos produtos de que carece (caso do óleo e do açúcar) como aos preços que sobem em flecha, e no meio de especuladores de toda a ordem. As subidas já referidas no «Avante», podem acrescentar-se as do leite; detergentes, sabonetes, artigos de perfumaria, cera, lixívias — aumento de 20%; vinho e bebidas alcoólicas — 20%; café, produtos à base de cacau, conservas, sal de mesa, vinagre, fósforos, papel, diarias hoteleiras, plásticos, taxas, postais, chamadas telefónicas, etc., prevendo-se para breve a subida do pão, açúcar, tabaco... e por aí fora.

Contra esta situação tem o povo português firmemente reagido. O governo, ciente do «aspecto psicológico do alarme» suscitado pelo problema do custo de vida, enviou recentemente uma circular a todos os jornais para que todos os textos, incluindo os títulos e subtítulos referentes aos preços e abastecimentos passem a ser submtidos à censura, como «matéria reservada»...

Mas nem a repressão nem a censura fascista poderão travar os protestos e as lutas em curso.

Assim os trabalhadores lançam-se numa ampla movimentação, nas empresas através de greves, paralisações e concentrações, nos sindicatos lutando por CCT que satisfaçam as suas justas reivindicações, contra o congelamento de salários.

O Movimento Democrático empreende uma vasta campanha contra a carestia com milhares de documentos em que as verdadeiras causas são denunciadas — a guerra colonial e os superlucros dos monopólios. Centenas de milhar de tarjetas (só no Porto 150.000), autocolantes, pichagens tem sido agitados em distritos como Lisboa, Porto, Coimbra, Setúbal, Braga, Leiria e Aveiro. Continua a correr o abaixo-assinado cuja recolha de assinaturas se tem processado abertamente nas ruas, fábricas, estádios, mercados com o apoio manifesto das pessoas. Por exemplo no Porto em que já foi entregue com cerca de 4.000 assinaturas por uma comissão de 25 democratas acompanhados por uma centena de outros, a recolha de assinaturas no mercado do Bolhão contou com o melhor apoio das pessoas que reagiram indignadamente à prisão de três jovens que efectuavam essa recolha.

De salientar ainda as acções de protesto, nalguns casos transformadas em comícios e manifestações, organizadas por comissões do Movimento Democrático, em supermercados, nomeadamente em Lisboa (Av. E.U.A., Chile, Altântara e Venda Nova), Odivelas e Cova da Piedade, que tiveram a viva participação de várias centenas de pessoas.

O Movimento Democrático das Mulheres, comemorando o 8 de Março, debruça-se sobre a mesma questão, nomeadamente com a publicação de um documento a nível nacional, tarjetas e colantes.

Na mesma luta se integram ainda vários colóquios realizados em sedes de sindicatos (por exemplo dos Empregados de Escritório e da Marinha Mercante, em Lisboa), colectividades (Alpiarça), reuniões e mesas-redondas.

As acções contra a carestia continuam a ser um objectivo da luta popular. Dar continuidade a todas estas acções, intensificá-las, unificandoas num poderoso movimento de massas contra a carestia e as suas causas — a guerra colonial e os monopólios — é o caminho da luta!

Escalada da TORTURA

(continuação da 1ª pág.)

tos de equimoses, com dificuldade em se movimentarem. Ao democrata Marcos Antunes partiram-lhe duas costelas e tudo indica que a coluna vertebral também foi afectada, o que pode conduzir à sua inutilização para toda a vida.

Uma das características do fascismo é não respeitar as suas próprias leis. Mas dentro das prisões não há leis sequer. Os presos são proibidos de contactar em privado com os seus advogados para tratarem problemas da sua situação jurídica, isto contra o que a lei estabelece. Os presos da cadeia de Peniche, que durante longos anos lutaram contra esta ilegalidade e conseguiram em dado momento forçar os carcereiros a recuar, estão desde há tempo de novo proibidos de contactar a sós com os seus advogados.

Mesmo os presos já condenados não estão livres de voltarem a ser submetidos a interrogatórios e à tortura. Mais uma vez isso aconteceu em Fevereiro com um jovem estudante a cumprir pena em Peniche e transferido para as cadeias da PIDE-DGS em Caxias para voltar a ser torturado. Este facto deu lugar a uma acção dos presos de Caxias que fizeram uma greve da fome de protesto e os presos da sua sala barricaram-se para tentar impedir que ele fosse levado para a tortura, o que deu origem a castigos de vários dias sem visitas.

Um dos objectivos do fascismo e da sua polícia é a liquidação dos presos políticos através da tortura física e moral quando dos interrogatórios, através dum regime prisional desumano, através de longos e longos anos de prisão. Os casos de **António Dias Lourenço** e de **José Magro** entre tantos outros, bárbaramente torturados quando presos e já com 15 e 20 anos de cadeia respectivamente, são dois exemplos entre muitos que se poderia citar.

Associada à luta pela libertação dos presos políticos, pela Amnistia, impõe-se alargar e intensificar por todos os meios a luta contra a tortura e pela extinção da Pide-D.G.S.

LUTA SINDICAL

A luta dos trabalhadores pela via sindical continua a desenvolver-se. Apesar do apertado colete de forças em que o fascismo tenta meter o movimento sindical através duma prolixa legislação cada vez mais restritiva da actividade sindical: da proibição de inúmeras reuniões e assembleias; das ameaças do Ministério, do INTP e governadores civis a dirigentes; da acção repressiva da PSP, GNR e Pide-DGS impondo a sua presença em assembleias, interrogando e intimidando dirigentes e activistas, fazendo buscas a sindicatos, processos a Direcções, etc., o movimento sindical alarga-se e impõe-se. O interesse dos trabalhadores pela luta sindical começa a manifestar-se em muitos sindicatos onde não tem havido ao longo dos anos do fascismo qualquer actividade. É o que nos diz o que tem estado a passar-se em numerosos sindicatos aquando de assembleias para apresentação de contas ou eleição de corpos gerentes.

Além do metalúrgico, várias classes como motoristas, electricistas, têxteis, caixeiros, empregados de escritório, bancários, químicos e outras têm levado a cabo importantes lutas reivindicativas em que a acção sindical tem figurado como um factor importante de mobilização dos trabalhadores e de pressão sobre o patronato e o governo.

No **Sindicato dos Motoristas de Lisboa,** depois duma reunião promovida pelo Grupo de Trabalho em que participaram centenas de motoristas para discutir diversos problemas da classe e em que foi constituída uma comissão de 15 para entregar no M. das Corporações uma exposição reivindicando melhores condições de trabalho e de salário, realizou-se no dia 9-3 uma Assembleia Magna, na «Voz do Operário» em que participaram **4.000 motoristas.** Esta significativa assembleia, destinada a discutir problemas relacionados com o novo CCT agora na fase de arbitragem, revela bem o espírito de unidade e combatividade que envolve a classe. A actuação do presidente da Direcção ilegalmente em exercício, autêntico serventuário do patronato e do governo, foi mais uma vez desmascarada.

O **Sindicato dos Electricistas de Coimbra** realizou em Coimbra, Ovar e nas Caldas da Rainha reuniões em cada uma das quais participaram centenas de trabalhadores, na maioria mulheres, para informação sobre o CCT para a indústria metalúrgica de material eléctrico recentemente concluído em arbitragem. A discussão deste contrato, nas suas três fases, arrastou-se por mais de 2 anos.

Em LISBOA, reuniões com o mesmo objectivo que o Sindicato do Distrito pretendeu realizar foram proibidas. No dia 18-3 mais de 300 electricistas concentraram-se em frente do M. das Corporações para apoiar uma Comissão que foi ao Ministério exigir a homologação do contrato. Como era de esperar, uma enorme força da polícia de choque, armada de capacete e cacetete, tomou posição no local. Entretanto os trabalhadores, firmemente unidos, não arredaram pé enquanto não terminou a entrevista da Comissão.

O Ministério e o patronato manobram para que o contrato não seja aplicado. Várias empresas, em que se destacam as empresas estrangeiras, com fins intimidatórios e chantagistas têm estado a fazer despedimentos em massa, ameaçando mesmo fechar se o CCT for por diante. A Standard Eléctrica (ITT) já despediu 200 operários; a GIL, 300; a Neotex, 30; a Electrolux, 15.

O Ministério, conivente com o capital, devolveu o contrato ao Tribunal Arbitral. Só a acção energica, firme e unida de toda a classe obrigará o patronato e o governo a cederem.

No Sindicato dos Têxteis de Setúbal (Barreiro), onde se encontra uma direcção de lacaios do patronato, realizou-se uma assembleia para esclarecimentos sobre o ACT com a CUF-UFA e parecer sobre o futuro CCT da Indústria Têxtil. Participaram cerca de 500 trabalhadores que aprovaram duas propostas de um grupo de operários: uma, em que se nega autorização à Direcção para negociar em nome da classe o ACT; outra, que trata da formação duma Comissão para negociar o acordo.

No **Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros de Castelo Branco** foi eleita por elevado número de trabalhadores uma comissão de 15 elementos, e que pediu a adesão de outros de localidades diferente, para dinamizar a vida sindical e resolver vários problemas da classe.

No **Sindicato dos Transportes Urbanos de Lisboa,** cerca de 500 trabalhadores que participaram numa assembleia condenaram o trabalho extraordinário obrigatório e resolveram que a Direcção faça esforços para que seja abolida a sua prestação.

GES PCP

As frentes de luta da JUVENTUDE TRABALHADORA

- a empresa, frente principal
- a escola técnica
- a guerra colonial
- saúde, convívio, desporto
- a luta política

Como noutras frentes de actividade, a juventude trabalhadora tem sido um papel importante na actual grande ofensiva da classe operária, no surto de greves e paralisações por todo o país e em algumas empresas em luta os jovens são mesmo a maioria dos trabalhadores.

Prosseguir e intensificar as actividades culturais, desportivas e de confraternização é um caminho justo. Torna-se, todavia, cada vez mais necessário, reforçar e alargar a acção na base das empresas.

O desenvolvimento da actividade nas empresas (principalmente as lutas reivindicativas por aumento de salários em torno dos problemas específicos dos jovens, como o desemprego e outros problemas pré e pós-militares, problemas de aprendizagem e promoção profissional, discriminação salarial) é uma condição importante para o desenvolvimento de todas as outras actividades juvenis.

Aos jovens trabalhadores, torna-se, pois, indispensável a concentração de esforços na criação de comissões unitárias nas empresas, encabeçando aí a luta da juventude, quer em torno das suas reivindicações específicas, quer também, através de acções de confraternização, cultura, desporto, etc., combatendo o isolamento que o patronato pretende impôr aos operários, fomentando o convívio e reforçando a unidade dos jovens trabalhadores.

A formação profissional através das escolas técnicas é hoje uma necessidade geral dos jovens trabalhadores. O acesso ao ensino técnico, assim como a elaboração dos programas de estudo são, no entanto, controlados pelos monopólios que procuram mão-de-obra aperfeiçoada tècnicamente sem terem que participar nos encargos da sua preparação.

São os jovens trabalhadores-estudantes, que, apesar de infamemente explorados, suportam ainda parte destas despesas, pagando matrículas, propinas e outras taxas, livros caríssimos, transportes, etc. Além disso, muitas empresas não dão as duas horas diárias (pagas) para estudar e não há salas de estudo nas empresas. Nas escolas é recusado o direito de associação e a participação na elaboração dos programas de estudo e horários. Faltam instalações, aquecimento, luz, alimentação a preços módicos, assim como bibliotecas e salas de convívio dirigidas pelos estudantes.

Tomando consciência dos seus problemas, os estudantes-trabalhadores têm vindo a movimentar-se em várias escolas, através de abaixo-assinados, concentrações na directoria, recusa às aulas, etc., conquistando quase sempre a resolução de problemas concretos.

A frequência do ensino técnico por largas massas de jovens trabalhadores (segundo um inquérito oficial a aprendizes metalúrgicos do Porto, Lisboa e Setúbal, 90% dos inqueridos estudam à noite), a elevada concentração de jovens em cada escola e a sua crescente consciencialização, criam largas perspectivas de luta, impondo-se aos movimentos da juventude trabalhadora a concentração de esforços na organização e mobilização das massas juvenis na base das escolas técnicas.

Duramente atingida pela guerra colonial e suas consequências pré e pós-militares, a juventude trabalhadora adquire crescente consciência do seu carácter criminoso, bem como um papel fundamental na luta anticolonialista.

As acções de propaganda e agitação em todo o país pelos jovens, bem como a sua participação entusiástica em todas as manifestações contra a guerra—tal como se verificou na grande campanha política de massas—tem-se mantido persistentemente. Durante os meses de Dezembro e Janeiro um importante trabalho de agitação foi feito pelos jovens trabalhadores com milhares de manifestos, pichagens e tarjetas colantes.

O 4 de Fevereiro foi comemorado pelos jovens trabalhadores com convívios (num deles participaram 100 jovens), debates e agitação. Num debate, cerca de 50 discutirem o problema colonial e aprovaram um telegrama ao governo exigindo o «fim da guerra e o regresso dos soldados» e «a libertação dos jovens presos por deserção e amnistia para os exilados».

Os jovens trabalhadores sentem que são a carne de canhão dos colonialistas, constituem a esmagadora maioria dos mortos e feridos. Dezenas de milhares de jovens (no total ultrapassando os 100.000) desertam e vão viver vida difícil no estrangeiro. A sua luta nos quartéis é diária. Intensificam-se a agitação e manifestações de descontentamento nas forças armadas contra a vida militar e a guerra.

28 de Março de 1947: logo a seguir à derrota do fascismo, constitui-se a Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), com o objectivo de unir a Juventude progressista do mundo na luta contra a guerra e opressão imperialistas, pela paz, progresso e democracia. Entre as dezenas de organizações filiadas, as de Portugal, Guiné-Bissau e das colónias portuguesas. O 28 de Março foi escolhido como jornada de combate dos jovens de todo o mundo, como

DIA MUNDIAL DA JUVENTUDE

Impulso da actividade juvenil em 1973

Os movimentos da juventude trabalhadora, conheceram em 1973 importante desenvolvimento. Inicialmente apenas em 3-4 distritos mais importantes, a acção e organização da juventude alargou-se a vários outros durante o ano e principalmente na grande campanha política de massas.

Aproveitando correctamente os acontecimentos políticos que caracterizavam o ano, os jovens trabalhadores deramum a participação destacada às acções gerais do M.D. e levaram a cabo importantes acções em torno de problemas específicos.

O 28 de Março foi comemorado numa escala como há muitos anos se não verificava. Realizaram-se mais de duas dezenas de convívios, colóquios e provas desportivas com a participações de centenas de jovens e foram publicados mais de duas dezenas de milhar de manifestos, cartazes, etc..

Com vista ao III C.O.D. foi feito um trabalho amplo para elaboração das teses apresentadas (em Setúbal responderam a um inquérito com esse fim mais de 700 jovens) e na organização de excursões.

O importante acontecimento juvenil, a nível internacional—o X Festival—suscitou entre os jovens portugueses grande entusiasmo, bem patente na ampla actividade preparatória realizada no país e na maior delegação de sempre—cerca de 70 jovens. Foram publicados mais de 20.000 manifestos, boletins, emblemas, etc., feitas inscrições e vários convívios para divulgação do Festival e em que foram aprovadas saudações e moções de solidariedade com a juventude doutros países. O Encontro Nacional da Juventude Trabalhadora foi reprimida pela polícia que, com enorme aparato, cercou em S. Pedro de Muel mais de 100 jovens provenientes de vários pontos do país e impediu centenas de outros de participar.

Também de destacar foi a realização de mais de uma dezena de reuniões nacionais e regionais de coordenação, que muito contribuiram para o êxito de toda a restante actividade.

Particularmente importante foi o trabalho durante a campanha «eleitoral». Os jovens realizaram um comício em Lisboa com 1.000 pessoas, outro no Porto com 700 e cerca de 3 dezenas de assembleias e convívios; publicaram largas dezenas de milhar de manifestos e recolheram cerca de 7.500 assinaturas exigindo o direito de voto aos 18 anos e 8.000 reivindicando o fim da guerra e a resolução dos problemas pré-militares.

Consolidando os êxitos obtidos, defendendo-se da repressão e intensificando a luta, nomeadamente nas empresas e escolas técnicas, os movimentos da juventude trabalhadora poderão dar importantes passos em frente na mobilização e organização das massas juvenis.

EDUCAÇÃO, JUVENTUDE e SOCIALISMO

O acesso ao ensino em todos os graus, o direito a uma verdadeira formação profissional estão entre os maiores anseios da juventude trabalhadora em Portugal. Ela sente como o fascismo e o capitalismo bloqueiam essa aspiração e como apenas o socialismo a poderá realizar.

A generalização do ensino secundário, 8 ou 10 anos de ensino obrigatório e gratuito, é uma sólida realidade nos países socialistas e constitui uma das bases mais seguras da democracia e do progresso.

Na URSS, em 1971, frequentavam os vários estabelecimentos de ensino 60 milhões de estudantes: 49 milhões nas escolas, 4 milhões e 400 mil nos colégios técnicos escolas secundárias especializadas, 2 milhões e meio nas escolas técnicas profissionais e 4 milhões e 600 mil no ensino superior. No total, mais de 100 milhões de pessoas tinham em 1971 instrução superior ou secundária (completa ou incompleta).

Na POLÓNIA, diversas medidas estão em curso para generalizar o ensino secundário, melhorar o seu conteúdo e a formação de professores. 340.000 estudantes prosseguem este ano na Polónia socialista estudos superiores, dos quais 130.000 durante o fim de semana e por correspondência.

Interessante comparação pode ser feita, neste capítulo, entre a República Democrática Alemã e a França. Na França, 20 % dos jovens duma geração (200.000) entram na vida sem formação e, segundo dados oficiais, 476.000 adolescentes dos 14 aos 16 anos não estarem escolarizados em 1972. Na R.D.A., 99 % dos alunos que terminam a 10ª classe, recebem uma formação profissional efectiva; dos 200.000 jovens de 16 anos que sairam da escola este ano (além dos 50.000 que irão para as universidades), mais de 90 % já têm um contrato de aprendizagem para uma das 308 profissões propostas.

É ainda importante ter em conta a igualdade de possibilidades dadas a rapazes e raparigas, incluindo em profissões reservadas aos homens nos países capitalistas. Por exemplo, na R.D.A., 71 % dos aprendizes de informática, 74 % nos ramos químicos, 52 % na mecânica de precisão, 24 % nas técnicas de automatização—são raparigas.

GES PCP

Dois orçamentos...

O contraste entre a política de paz da União Soviética e a política belicista dos imperialistas americanos aparece claramente expresso nos orçamentos militares da URSS e dos E. U. para 1974.

Enquanto na União Soviética, os créditos para a defesa passaram de 10% do orçamento geral em 1973 para 9,1% em 1974 (menos 300 milhões de rublos), as despesas militares nos E. U. sobem a 27% do seu orçamento (as matores de sempre), a que há ainda a juntar mais 1,3% correspondendo a parte da «ajuda ao estrangeiro», na qual se inclui o famoso Thieu com 1.430 milhões de dólares contra 800 milhões no ano anterior.

Convertendo aqueles números na nossa moeda (calculando o rublo a 30$00 e o dólar a 25$00) verifica-se que no orçamento da URSS são destinados 328 milhões de contos às despesas militares e no dos E. U. 2.193 milhões, isto é, mais do quádruplo. Aliás, o orçamento de defesa da União Soviética vinha-se mantendo sem alteração em números absolutos (17,9 biliões de rublos) desde 1970, enquanto o orçamento geral tem subido regularmente, significando por tanto uma diminuição relativa anual das despesas militares em relação às despesas totais.

Tem interesse saber-se que dos 193,9 biliões de rublos do orçamento para 1974, se destinam a financiar a economia nacional 95,1 biliões, às despesas sociais e culturais 70,2 biliões e apenas 17,6 biliões à defesa.

Apesar do grande esforço de defesa que é ainda obrigada a manter devido à existência e agressividade do imperialismo, as suas despesas militares são inferiores a um décimo do orçamento enquanto nos E. U. elas sobem a mais dum quarto (e no nosso país a mais de dois quintos).

Discursando no Congresso Mundial dos Forças da Paz realizado em Moscovo em Outubro de 1973, Brejnev disse: «O programa de paz adoptado pelo 24º Congresso do PCUS é, na etapa actual, a expressão da consequente política de paz do nosso Partido e do Estado Soviético. Ao lançar esse programa considerámos que a nossa tarefa era a de contribuir para liquidar os focos de tensão, de ajudar a humanidade a libertar-se do espectro da catástrofe nuclear que sobre ela pendia, e de contribuir, por todos os meios, para o desanuviamento».

Nesta linha de acção se insere a proposta, feita há meses pela URSS na ONU, (proposta naturalmente recusada pelos países imperialistas, mas também pela China), de redução de 10% nos orçamentos militares dos Estados membros permanentes do Conselho de Segurança e de consagrar uma parte desses fundos à assistência aos países em vias de desenvolvimento.

... duas políticas

CONSELHO MUNDIAL DA PAZ

De 16 a 19 de Fevereiro realizou-se em Sófia, capital da Bulgária, mais uma sessão do Conselho Mundial da Paz.

Participou uma delegação portuguesa que, num documento distribuido, afirma nomeadamente: «Em Portugal forças da paz cada vez mais amplas actuam abertamente, apesar da repressão fascista, aproveitando as dificuldades do regime, agravadas pelos progressos da segurança europeia, pela luta do povo português e pelas vitórias dos movimentos de libertação nacional».

O Conselho aprovou um Apelo em que, depois de se dirigir aos homens e às mulheres, aos trabalhadores, aos jovens e aos estudantes, aos professores, aos parlamentares, personagens políticas, homens de Estado, aos partidos políticos e sindicatos, aos movimentos de libertação nacional, às organizações religiosas e pacíficas, diz a certa altura:

«É necessário pôr fim aos massacres cometidos pela junta fascista no Chile, reforçar a nossa solidariedade e o nosso apoio aos povos que lutam pela sua independência nacional ou contra os regimes fascistas, exigir a liquidação completa dos vestígios do colonialismo sob todas as suas formas e manifestações».

«Apelamos a reforçar a cooperação e a união de todas as forças amantes da paz na luta comum contra a política indivisível do militarismo, da agressão e da guerra, a actuar para construir uma paz estável, democrática e justa.

Abriram-se novas perspectivas e novas possibilidades.

Todos nós, que constituimos a opinião pública mundial, podemos assegurar a sua realização.

Todos juntos devemos construir a paz!»

Admiração mútua...

O chefe do Governo espanhol, Arias Navarro, foi durante 8 anos director-geral da DG de Seguridad de Espanha. Quando Franco o escolheu para o actual cargo, o director-geral da Pide-DGS enviou-lhe um telegrama exprimindo a sua «maior satisfação pessoal» e dos «funcionários superiores da DGS portuguesa **que tanto ficaram admirando o antigo director-geral de seguridad...»**

A revista da Pide, «Continuidade» noticiou recentemente que Navarro «quis ter a gentileza de responder, em carta amiga», na qual salientou seu **«afecto e reconhecimento a todos os funcionários superiores da Policia portuguesa que teve ocasião de admirar...»**

Um tão vincado «afecto e reconhecimento» entre os chefes dos bandos profissionais de torturadores dos patriotas espanhois e portugueses testemunham bem quanto é grande a criminosa cumplicidade e colaboração mútuas das duas polícias contra os povos dos dois países ibéricos.

Pôr fim às guerras coloniais:

UMA EXIGÊNCIA NACIONAL

A luta contra a guerra colonial que tem vindo progressivamente a tornar-se mais aberta e com maior amplitude, com novas acções que demonstram bem como o povo português, e a juventude em particular, odeia a política governamental. Por mais e maiores verbas que o governo desvie para continuar as chacinas nas colónias, como os **«créditos especiais» decretados nos dias 20 e 22 de Março (num total de 825.878.572$40)**, por mais que o governo enfeude o país ao imperialismo nada poderá deter a luta libertadora dos povos das colónias, e bem assim a do povo português pelo fim da guerra colonial, pelo regresso dos soldados, pela negociação e independência.

O clima propiciado pela campanha política de Outubro permitiu que muitas acções fossem concretizadas desde então das quais destacamos duas no mês de Dezembro: na Escola Técnica do Cacém foi boicotada uma palestra «sobre o Ultramar» após a distribuição dum comunicado; o funeral dum jovem de Odivelas, morto na guerra, transformou-se numa manifestação anticolonial tendo sido lançados ao ar, no cemitério, cetenas de exemplares dum documento e gritou-se «Abaixo a guerra colonial», «Regresso dos soldados».

Larga agitação anticolonial, a 21 de Janeiro, data do assassinato de Amilcar Cabral por jovens trabalhadores da região de Lisboa do documento «A população» encontra nesta grande eco. São também os jovens que fazem pichagens nas zonas limitrofes e arredores de Lisboa e no Porto.

O Movimento Democrático, associando a campanha contra a carestia de vida à luta contra a guerra colonial, factor determinante na constante subida dos preços, editou milhares de colantes e aborda sistematicamente o problema colonial nas suas publicações.

O 4 de Fevereiro

O desencadeamento duma greve geral na Univesidade de Lisboa, no 4 de Fevereiro, é um magnífico testemunho do anticolonialismo militante dos estudantes. Acção de massas cujo significado é de realçar por se tratar de uma greve exclusivamente política. A grande agitação da semana anterior através de 2 comunicados (um sobre Amilcar Cabral, outro sobre o 4 de Fevereiro) preparava o tarreno para se lançar a palavra de ordem de greve. Dois dias antes foram feitas inscrições e agitadas 20.000 tarjetas, assinadas pela CDEL, que inundaram todas as faculdades, apelando à greve. Os estudantes responderam em massa e nem o aspecto repressivo característico na Universidade nestes últimos tempos os fez recuar. Apesar da Cantina da Cidade Universitária estar cercada por dois cordões de polícia não deixaram de ser hasteadas duas bandeiras do MPLA e um cartaz da CDEL. 200 jovens liceais também comemoraram esta data com um «meeting». Em **Coimbra**, além do lançamento espectacular de manifestos da UEC, realizaram-se dois convívios onde se discutiu o problema colonial e foi aprovada uma moção de saudação e solidariedade aos patriotas das colónias. Os estudantes do **Porto**, no dia 21 de Janeiro, distribuiram comunicados «Exijamos o fim da guerra colonial» e foram coladas centenas de vinhetas e editado um postal com a fotografia de Amilcar Cabral.

Por ocasião do 4 de Fevereiro 3 petardos espalharam, na zona dos liceus, tarjetas intituladas «A juventude diz não à guerra colonial».

Generaliza-se a luta

Nos quarteis a agitação anticolonial é cada vez mais frequente e recebida com entusiasmo, suscitando a discussão do problema pelos soldados. Tarjetas, colantes e letras apareceram em diversos quarteis e num deles duas inscrições: «Morte aos assassinos de Amilcar Cabral» e «Abaixo a guerra colonial».

O descontentamento e desânimo pelo prolongamento da guerra atinge já oficiais do quadro de que é reflexo o «movimento dos oficiais» sendo alguns dos objectivos coincidentes com as reivindicações democráticas. O «movimento dos oficiais» repudiou a manifestação servil dos generais a Marcelo Caetano e coloca claramente «a realidade incontroversa e irreversivel da aspiração dos povos africanos a governarem-se a si próprios».

O «movimento dos oficiais» manifesta a sua solidariedade aos militares presos, devido à rebelião nas Caldas da Rainha, assim como o M.D. e um grupo de «Militares antifascistas».

A generalização a novos sectores e camadas da população da luta contra a guerra vai de par com o reforço da actividade militar e política dos movimentos de libertação. A grave situação do exército colonialista na Guiné-Bissau veio juntar-se o grande incremento de actividades da Frelimo que se apróxima dos grandes centros como acontece em Vila Pery e Beira. A situação em Moçambique traz os colonialistas alarmados (as «autoridades locais» pedem um reforço de militares e mais material bélico) e inseguros (os colonos realizaram uma manifestação na Beira contra o exército). Representantes da Igreja, como o Bispo de Nampula, 34 padres e 60 missionários manifestam a sua oposição à política colonial do governo.

Acossado em Portugal e nas colónias, o fascismo acumula revezes no plano diplomático. A Guiné-Bissau, já reconhecida por 82 países, adquiriu o estatuto de observador na ONU, depois da entrevista de Aristides Pereira com o Secretário Geral da ONU. As declarações do Ministro dos Negócios Estrangeiros inglês (defendendo a autodeterminação das colónias), do canadiano propondo «a ajuda humanitária» aos movimentos de libertação e do filandês que visitou regiões libertadas de Moçambique mostra como se alarga a condenação do colonialismo português.

As condições para um novo impulso da luta popular em Portugal contra a guerra são favoráveis. Aproveitando a situação, não dando tréguas aos colonialistas, impõe-se aos democratas e antifascistas reforçar a organização e multiplicar as acções contra a guerra.